

POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA EM MOVIMENTO<sup>1</sup>

Jane Felipe Beltrão

*Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq*

Ao propor o seminário *Fronteira(s) na Amazônia: 40 anos de diálogo com Otávio Velho* pensei no diálogo que os estudiosos da Amazônia mantêm com o autor em função de seus trabalhos, jamais imaginei falar sobre sua contribuição para a compreensão de povos indígenas, mas a questão foi se impondo ao longo da preparação do evento e, assim, faço algumas inflexões.

Formada com a perspectiva de estudar a Amazônia, utilizei sempre a bibliografia dos que discutem o “colonialismo interno”, pois parece impossível compreender nosso espaço dissociado do processo histórico. “Aprendiz de antropólogo” das primeiras turmas de egressos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB) e aluna de Cardoso de Oliveira, li a bibliografia pertinente ao tema e, como queria estudar extração de castanha entre os Gavião Parketêjê, revirei a literatura sobre o vale do Tocantins. Do tema restaram, apenas, as castanhas e as mulheres nas usinas em Belém, na dissertação de mestrado, mas isto é uma outra história (BELTRÃO, 1982).

Mais tarde, trabalhando com Jean Hébette no Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT) (HÉBETTE; NAVEGANTES, 2000) ou na orientação de Gutemberg Guerra (GUERRA, 2001) permaneci em contato com os textos que trabalham a dura realidade do Tocantins que quase não nos “concede” permissão para utopias. Depois, em 1998, passei a atuar como perito em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) em laudos antropológicos e assim pude, finalmente, conhecer os povos indígenas do Tocantins, parceria que me faz utilizar e refletir sobre o sudeste do Pará a partir do trabalho de Velho entre tantos outros estudiosos. Após 1999, as tarefas acadêmicas, especialmente de orientação, e a opção pelo Vale do Tocantins tornaram a discussão da fronteira tarefa cotidiana. Na tentativa de compreender por que Otávio Velho permanece atual, procedi deslocamento temporal e “cheguei” à formação do autor que acompanhei ao largo, pois a comunidade antropológica nos anos 70 era pequena e se contavam nos dedos os mestres, Velho é um deles, éramos privilegiados sem saber! Passemos às descobertas.

Velho, pelo que se infere, foi formado dentro da tradição da Antropologia, quando a forja de novos antropólogos era feita no terreno, como dizem os portugueses, fato que parece possibilitar ir além dos territórios estabelecidos e delimitados por temas e problemas, dialogando com campos aparentemente separados: urbanos, rurais e indígenas (NIEMEYER; GODOI, 1998), diferente do que se assiste hoje quando cada profissional parece saber exclusivamente do seu tema. Brinco dizendo que alguns se transformaram em “senhores de um tema só”, embora jamais tenham feito algo como *o samba de uma nota só*. Brincadeiras à parte, a tradição se fazia diferente e creio que ela nos faz falta, no século XXI.

Os trabalhos de Velho que tenho, como referências ao presente texto, são *Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo de um processo de penetração numa área da Transamazônia* (VELHO, 1972) e *Capitalismo autoritário e campesinato* (VELHO, 1976), constituídos dentro do fazer científico que parece estar sendo olvidado. Ao elaborá-los o autor parece não ter ficado satisfeito, apenas, em compulsar a bibliografia disponível ao tema. Tomou documentos e a bibliografia coeva, como fonte de pesquisa, sem descuidar de fontes mais imediatas, como jornais e revistas, que apresentam as discussões candentes sobre o campo e, particularmente, a respeito do Vale do Tocantins. Talvez por isso, inúmeras questões relativas às relações de gênero, raciais e/ou étnicas não passam despercebidas, sendo registradas por Velho. E, como as leituras não se sobrepõem ao campo, os estudos foram “erigidos” a partir de vigoroso trabalho de campo que parece tecer cada frase dos textos, sem que para tal use abusivamente das falas dos informantes. A confiabilidade do dito por escrito é dada pela construção de um modelo analítico que torna o terreno “próximo” em face da explicação e ensina “os demais” a fazer Antropologia de “boa cepa”, pois permite a poda e a perenidade da videira.

Para compreender o vale integrado pelos rios Araguaia e Tocantins é fundamental acompanhar o movimento das fronteiras, pois a “realidade não se acomoda” ou parece incontida, os espaços construídos socialmente estão sempre sendo refeitos de acordo com o processo histórico vivenciado, visto que as frentes de expansão da sociedade brasileira se fazem presentes ainda hoje. Elas parecem perenes e a cada dia nos surpreendem renovadas e vigorosas a produzir os efeitos indicados por Velho.

Foi assim que, para trabalhar o movimento, compulsei dados referentes aos anos oitenta do século XX, imediatamente após os estudos de

Velho, e encontrei, nos registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), inventariados por Barata (1995), 839 conflitos de terras geradores de inúmeros “despejos” e mais de 578 mortos, dos quais 140 ocorreram no sudeste paraense. A partir das estatísticas percebi que, ao longo dos anos 80, foram registradas a morte de três índios (em 1985), fato que parece indicar um sub-registro. Mas a eles se juntam 388 posseiros, lavradores, trabalhadores rurais, castanheiros e sindicalistas, totalizando 391 mortos. Os dados ilustram a violência da fronteira que se alarga e adentra o vale.

Para fins de diálogo com Velho, trabalho a saga dos Suruí *Aikewára*, conhecida na área do Araguaia-Tocantins, pois seguidamente suas terras foram atingidas pelas frentes de expansão sofrendo “cortes” ao serem atravessadas pelos empreendimentos realizados no sudeste do Pará. A segunda razão prende-se ao fato de entre os Suruí, Otávio, acompanhando Roque Laraia (LARAIA; DaMATTIA, 1967), foi iniciado como aprendiz. Ele reconhece que “[n]ão podia ter melhor introdutor de campo [referindo-se a Laraia] e essa experiência, fora dos bancos escolares me marcou profundamente.” (VELHO, 2006) Tem razão Otávio, Roque é mestre e o conhecimento que detém sobre os povos Tupi é invejável! É bom ser sua aluna, como fui, imaginem tê-lo como companheiro de campo, as conversas devem ser intermináveis. Pelas razões apontadas, passo a refletir sobre as violações de direito perpetradas contra os Suruí.

#### A DEMARCAÇÃO DE TERRAS GARANTE DIREITOS, MAS...

...[p]ouco evita a violência, e nem sempre proporciona tranquilidade aos indígenas, assim ocorreu/ocorre com os Suruí *Aikewára*<sup>2</sup>. A interdição da Área Indígena Sororó, em 1968, pelo Decreto presidencial n. 63.367 de 08.10.1968, por iniciativa de Frei Gil Gomes Leitão, não possibilitou aos Suruí interlocução pacífica com a sociedade nacional, pelo contrário, esta foi intensa e dramática, como informa Ricardo:

[f]oram os garimpos de cristal de rocha do baixo rio Araguaia que determinaram uma maior penetração no território tribal no começo do século. O **confinamento dos Suruí** na área onde hoje estão localizados ocorreu, entretanto, devido às pressões exercidas pelos castanheiros, a partir do início da década de 40, **com incursões muitas vezes violentas** (RICARDO, 1985, p. 103. <sup>2</sup> Negritos meus).

Do *tempo antigo*, os Suruí guardam marcas profundas, “pei ... pei... pei ...” ou “tum ... tum... tum ...” são onomatopéias referentes aos tiros de espingardas e revólveres que determinaram as perdas nos embates com invasores. Os sons perseguem, ainda hoje, os jovens Suruí que ficaram órfãos à época. As perdas não são, unicamente, físicas. Os danos de ordem emocional marcam, intensamente, o comportamento do grupo.

Laraia oferece uma avaliação dos acontecimentos:

[a]s violências sofridas em 1947<sup>3</sup> e 1957<sup>4</sup> não foram esquecidas, principalmente pelos parentes das vítimas. A devastação causada na aldeia pelos caçadores de peles é, hoje, reprovada pelos índios. E, o que é mais importante, os Suruí sabem que foram os *Kamará* [brancos] que introduziram na região as doenças que tantas mortes lhes causaram (LARAIA; DaMATTA, 1967, p. 64-65. Colchetes meus).

É importante asseverar que, nas décadas de 40 e 50, o contato com a sociedade nacional, ainda não se fazia intensamente, apesar dos embates. A intensidade do contato só aconteceu a partir de 1960, quando desapareceram Musená, “... o velho e sábio chefe Suruí.” (RICARDO, 1985, p. 104) e outros velhos vitimados pela gripe. A morte dos mais experientes produziu um clima de consternação na aldeia. O fato facilitou o jugo dos Suruí por João Correia (LARAIA; DaMATTA, 1967, p. 30), regional dedicado à caça de peles de animais silvestres que levou muitos *kamarás* à aldeia. A presença dos *kamarás* produziu alterações irreversíveis, do ponto de vista da cultura tradicional, além da prostituição das mulheres indígenas e da dizimação do grupo, reduzido que foi a 40 indivíduos.

Os Suruí só se libertaram do jugo de João Correia (LARAIA; DaMATTA, 1967, p. 31) e seus comparsas, graças à enérgica atuação de Frei Gil, que munido de procuração do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) expulsou os invasores e garantiu a retomada, ainda que temporária, de alguns costumes tradicionais. Mas, os Suruí, que durante toda a sua existência, anterior ao contato, viveram de acordo com os seus costumes, de forma igualitária e em harmonia com a natureza, passaram a conviver com a penúria, a desigualdade e todas as mazelas produzidas pelo contato<sup>5</sup>.

A ocupação do Araguaia foi intensificada no final da década de 60, quando pequenos lavradores, expulsos de outros estados brasileiros, chegam em grandes levadas ao sudeste do Pará. Era um momento crítico. Coincidiu “com a

construção de uma série de estradas novas e o aproveitamento e melhoria das estradas existentes...”<sup>6</sup>.

Para melhor compreender o quadro de mudanças, em 1971, foi entregue ao tráfego o trecho da rodovia Transamazônica que vai de Porto da Balsa ou Porto Jarbas Passarinho (na beira do Araguaia, pelo lado do Pará) a Marabá. Para além do Pará, abria-se uma via de comunicação com a Belém-Brasília, que ia de Tocantinópolis a Estreito. Apesar de acanhadas, as ligações sustentaram, desde a abertura, um pesado fluxo de veículos, especialmente, transporte de carga e coletivos de linha regular<sup>7</sup>. Mas, mesmo antes da entrega dos mencionados trechos, as alterações se faziam sentir. São Domingos do Araguaia, município onde está localizada a Área Indígena Sororó, pois “... serviu de acampamento de novembro de 1970 a fevereiro de 1971 para a firma empreiteira do trecho [Porto da Balsa/Marabá]. Eram mais de duzentos homens, criando um movimento nunca visto no povoado” (VELHO, 1972, p. 146). Vinte [e] sete anos depois o canteiro de obras da Engenharia e Planejamento Ltda (ENGEPLAN), em 1997, produzia movimento semelhante<sup>8</sup>.

A melhoria da malha viária da região trouxe algumas importantes conseqüências, pois o transporte de pessoas e mercadorias, antes realizado pelo Tocantins e pelo Araguaia e seus afluentes, passou a ser realizado pelas rodovias. Além disso, regiões antes inexploradas e/ou pouco exploradas pela distância e dificuldade de acesso, como os castanhais do Araguaia-Tocantins, passaram a ser inexoravelmente explorados. De outro lado, as rodovias proporcionaram:

[...] um maior afluxo de migrantes para a região, em busca de terra, não apenas pela facilidade de acesso, como também pela possibilidade de praticar uma agricultura voltada ao mercado, uma vez que agora, além do mercado regional, ainda incipiente, dispunham também de acesso a outros centros de consumo, principalmente Belém e outros situados mais ao sul, ao longo da rodovia Belém-Brasília<sup>9</sup>.

Sobre as mudanças, contam os Suruí que *naquele tempo* (anos 70):

[...] Ninguém falou nadinha. Começou pelo campo [pista de pouso], depois tinha a estrada, mas no inverno não dava pra eles passá. Daí era só pista, **vrum ... vrum ...**<sup>10</sup> O finado meu irmão é que andava com eles [pessoal do exército], meu cunhado, o pai deles também, o velho Warini. Iam naquelas terra lá longe, era mata mesmo, eles levavu os

velhinho p'ra mostrá, eles num sabia andá na mata. Era ra ... tá ... tá ... tá ... e lá ia os homê, mulhê, quem tivesse.<sup>11</sup> Eles eram mau. Os velhinho, igual criança, num sabia de nada, ia até o final mesmo. Até um tempo desse tinha uns quatro [guerrilheiros] enterrado aí. Naquela época eu tinha uns 10 p'ra 12 anos. Essa aí [BR-153] eles [o exército] fizeram de primero no facão, daí a tarde tinha as máquina que chama moto, moto de serra derrubava as árvores, depois tinha outra máquina que deixava pronto. Foi assim qu'eles passaru aqui. Mas eles num dizia nada p'ra ninguém, vinho derrubando tudo, tudinho, daqui no São Geraldo. Depois que a gente prendeu as máquina, qu'eles fizeram o desmatamento, é qu'eles fizeram essa estradinha da aldeia. P'ra gente faz de conta que é dinheiro, naquele tempo não sabia de nada<sup>12</sup>.

Em 1972, com a eclosão da guerrilha do Araguaia, o exército abriu diversas estradas operacionais ligando a Transamazônica ao Araguaia. A aldeia Suruí por sua estratégica localização serviu de base para a movimentação do exército. Inicialmente, foi campo de pouso para pequenos aviões, posteriormente a estrada, conhecida como OP-2 e, por último, a transformação dos indígenas em batedores e guias das tropas que vasculhavam a área em busca dos guerrilheiros. Os militares acenaram com a possibilidade de garantir a demarcação e ampliação de suas terras, interditas à época, desde 1968. Passaram-se os anos e nada foi feito.

Na história do contato, a manipulação dos Suruí para envolvimento em “negócios de kamará” foi uma constante. Primeiro, João Correia e as peles silvestres; depois o exército e o combate a guerrilha; sucedem-se os reflexos de Carajás (anos 80); recentemente (1997), a empreiteira e a retirada da piçarra e os problemas gerados com o asfaltamento e alargamento da BR-153. Mas, até hoje, estes atos, que podem conduzir ao etnocídio ou ao genocídio, não foram julgados.

É importante observar que de 100 indivíduos, que compunham o grupo no *tempo antigo*, em 1961, existiam, apenas, 40 indivíduos. O grupo volta a crescer em 1969, passando a ser composto por 42 indivíduos. Se, em oito anos, o acréscimo populacional foi de dois indivíduos, a situação era gravíssima (RICARDO, 1985, p. 102). Após um longo período de perdas populacionais, há um processo de recuperação demográfica pela melhora das condições de vida do grupo, talvez associada à demarcação da terra, durante a qual há um alto índice de fecundidade. Mas, como não há estudos, é

impossível afirmar que o crescimento é fruto de uma recuperação demográfica consciente<sup>13</sup>. Há indícios de arranjos sociais, que talvez possam ter incluído casamentos poliândricos geracionais – isto é, de uma mulher com um marido mais novo e um mais velho – fato que permite aos Suruí, na entrada do século XXI, somarem mais de duas centenas e meia de pessoas, e serem caracterizados como uma população jovem, pois apenas 40 pessoas possuem mais de 30 anos.

#### A MALHA VIÁRIA ENLAÇA OS AIKEWÁRA

Em 1981, a OP-2 começou a ser ampliada pelo Batalhão de Engenharia Civil (BEC), atendendo aos interesses políticos do Major Sebastião Moura, conhecido na região como Major Curió, sobre Serra Pelada. A partir daí, os Suruí foram enlaçados e perderam a paz; sem direitos, foram sistematicamente desrespeitados.

A OP-2, hoje BR-153, constituiu o início de uma longa história de *perdas não negociadas* que os Suruí foram obrigados a enfrentar. Ao longo de 26 anos nenhum reparo pelas perdas sucessivas de parte do seu território foi feito. Em todos os momentos, os Suruí tiveram seus direitos violados, jamais foram ouvidos sobre esta ou aquela fatia de território cedido ou destruído. É como eles dizem: “... ninguém falou nadinha... depois que a gente prendeu as máquina, qu'eles fizeram o desmatamento, é qu'eles fizeram essa estradinha da aldeia. P'ra gente faz de conta que é dinheiro, naquele tempo não sabia de nada”<sup>14</sup>.

Algumas perdas são irreparáveis, tanto que ainda suscitam demandas e estão a exigir reparos; atualmente, há processo de revisão dos limites da Área Indígena Sororó. Retomo a discussão a partir da abertura da estrada, em 1972, uma vez que nada foi feito, para resguardar os direitos dos Suruí, até dezembro de 1997. Na ocasião, a Procuradoria da República em Marabá, por intermédio de sua titular, Neide M. C. Cardoso de Oliveira, interpelou o Governo do Estado do Pará sobre o alargamento e asfaltamento da rodovia sem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o correspondente Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) para licenciamento do empreendimento, sobretudo por tratar-se de rodovia<sup>15</sup>.

A abertura do campo de pouso no coração do território Suruí e a abertura da chamada OP-2, em 1972, rasgou a Área Indígena Sororó numa extensão de 11 km - cortando as colocações Pau Preto, Água Fria, Cupu, São

Joaquim e São Raimundo - pertencente ao mais produtivo castanhal indígena, acarretando prejuízos até hoje não calculados. O outrora produtivo castanhal Suruí localiza-se no chamado Polígono da Castanha, área disputadíssima no sudeste do Pará dado o seu significado político-econômico<sup>16</sup>.

A seguir apresento um levantamento da produção do castanhal das terras Suruí, colocação a colocação, antes e depois da passagem da BR-153, segundo o ponto de vista dos indígenas (Tabela 1).

TABELA 1

CASTANHAL SURUÍ (no corte da BR-153, sentido Aldeia/Gameleira)<sup>17</sup>

COLOCAÇÃO <sup>18</sup>	LOCALIZAÇÃO/ MARGEM <sup>19</sup>	PRODUÇÃO EM HECTOLITROS
Pau Preto	km 1 <sup>20</sup>	0
Água Fria	km 3	40
Cupu	km 4	20
São Joaquim	km 6	0
São Raimundo	km 7	60
Produção <sup>21</sup>	60	

Tomando por base uma produção anual de 1.200 a 1.300 hectolitros de castanha<sup>22</sup>, a queixa tem fundamento: a produção de castanha foi reduzida em mais de 70%. A cada ano, os Suruí deixam de ganhar, pelo menos, o correspondente a 950 hectolitros de castanha. Durante 26 anos, a comunidade deixou de receber o correspondente a 24.700 hectolitros. Considerando o preço da última safra R\$ 30,00 (trinta reais) por hectolitro, os Suruí deixaram de receber R\$ 741.000,00 (setecentos e quarenta e um mil reais). Há grande probabilidade da produção ter sido maior no passado, pois como informam os Suruí:

desapareceu muito [...] por dia eles derribaram, naquele tempo das moto serra e das máquinas, mais de dez pé de castanheira, foi muito mesmo. Quando começou a 'queimá pasto [colocar pasto] acabou castanha, cupú, cacau e até no Água Preta eles queimarum. Tudo é assim fino,<sup>23</sup> queimô não dá mais, mesmo que num derrube [...]'<sup>24</sup>.

Infelizmente, não há registros sobre a produção, nem da época em que a FUNAI era responsável pela comercialização da safra de castanha dos Suruí. Sabe-se, apenas, que:

o valor arrecadado com a comercialização da castanha era assim distribuído: 45% do total deveria ser aplicado no próprio PI [Posto Indígena]; 10% corresponderia ao "dízimo", isto é a quantia que a Delegacia retirava dos Postos produtivos e deveria enviar àqueles improdutivos; desconhecia o destino dado aos 45% restantes (RICARDO, 1985, p. 111. Grifos meus).

É previsível que a FUNAI não se ocuparia da produção Suruí se os lucros não justificassem o 'dízimo' e mais os 45% que o órgão não informa o destino.

Outra via de cálculo é tomar o espaço da rodovia, ou seja, 11 km de comprimento por 100 m de largura, assim a perda corresponde a 110 hectares<sup>25</sup>. Considerando ainda que o castanhal Suruí encontra-se no Polígono da Castanha, que a ocorrência na área é de uma castanheira por hectare e que a produção anual é 0,5 hectolitros, teoricamente ter-se-ia: 110 castanheiras, produzindo 55 hectolitros de castanha, sendo cada hectolitro vendido a R\$30,00 (trinta reais). A comunidade receberia R\$ 1.650,00 (hum mil seiscentos e cinquenta reais) ao ano. Em 26 anos as perdas somam R\$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais).

Sabe-se que "[...] a produtividade das castanheiras apresenta variação de 0,16 a 0,55 hl/ha de castanha com casca, se se considerar o conjunto da área do castanhal" (KITAMURA; MÜLLER, 1996, p. 528). E "[...] a densidade de castanheiras varia entre 33 a 107 castanheiras adultas por lote de 50 ha" (HOMMA *et al.*, 1996, p. 528). Observe-se que tanto Kitamura; Müller (1984), como Homma *et al.* (1996), referem-se às castanheiras em lotes de colonos e não em extensas áreas como no caso em estudo, portanto, as estimativas estão aquém dos prejuízos produzidos. Além disso, não se tratou, aqui, da questão da reprodução das castanheiras e dos estragos produzidos pelas queimadas tão frequentes no sul do Pará.

A avaliação da produção entre os Suruí ou em qualquer outra área indígena fica prejudicada porque as estatísticas, oficiais ou não, sempre deixaram de lado a produção oriunda de terra ou território indígena. No primeiro caso, por estar sob jurisdição da FUNAI e, no segundo, pela impossibilidade de controlar a produção quer a coleta feita pelos índios, quer a

feita pelos brancos em território indígena, sobretudo porque, no último caso, é fruto de saque ou roubo, fato jamais declarado. Invariavelmente, os pesquisadores alertam que nas tabelas apresentadas não estão incluídas as áreas sob jurisdição da FUNAI<sup>26</sup>. Aliás, se computados os dados das áreas sob jurisdição da FUNAI, dificilmente os mesmos poderiam ser confiáveis. Isto é especialmente correto no caso dos Suruí, pois durante anos a comunidade lutou com os desvios de castanha feitos por funcionários do órgão tutelar. Este fato esteve sempre presente no depoimento dos líderes, especialmente, ao referirem a retomada da comercialização da castanha (sem intervenção da FUNAI), nos idos dos anos 70, com a assessoria da antropóloga Iara Ferraz.

Durante 26 anos os Suruí enfrentaram: invasão de território – não sem reclamar – abertura de rodovia, passagem de veículos, aumento de tráfego, sucessivas interrupções do trânsito na rodovia durante a época das chuvas e, ultimamente, providências referentes ao alargamento e asfaltamento da BR-153 sem que nenhum representante do Governo federal ou estadual negociasse a passagem da rodovia pela Área Indígena Sororó.

Os Suruí esperaram o momento de negociar e de receber a indenização devida pelo Estado. Apesar de discordarem do corte feito na Área, os índios entendem que a rodovia é irreversível e necessária a eles e aos habitantes da região, pois proporciona ligações rápidas com os centros mais próximos, especialmente em casos de urgências médicas. A nova rota reduz em muito o tempo de permanência de pessoas estranhas dentro da Reserva, visto diminuir o número de veículos quebrados ou parados diante de atoleiros; auxilia o escoamento da produção de castanha-do-pará e de frutos regionais, proporcionando ainda o transporte de produtos essenciais à comunidade. Mas, apesar de entenderem a importância do empreendimento, esperam ter seus direitos assegurados com o auxílio do MPF e a compreensão dos governantes do Estado. Infelizmente, os *kamarás*, uma vez mais tornaram letra morta a palavra empenhada.

Sabe-se que as rodovias são fundamentais para a “integração” das diversas regiões do país, e sobretudo em se tratando do sudeste do Pará. Mas a suposta “integração” não pode desconhecer o direito das minorias étnicas e/ou sociais que compõem o variado mosaico étnico do Brasil. Os Suruí esperaram, pacientemente, como diplomatas todos estes anos, apesar das ações diretas<sup>27</sup>, em três ou quatro oportunidades; embora os indígenas tentem sempre evitar quaisquer transtornos à população das circunvizinhanças da Área e mesmo à

política do Estado. Como já vai longe o tempo do “integrar para não entregar” urge, do ponto de vista dos Suruí, reparar o ultraje sofrido com a perda de aproximadamente 200 hectares de território.

Ou, como diz Sydenstriker Neto:

[n]os últimos anos, as nações indígenas, bem como o movimento dos seringueiros têm conseguido com extraordinária habilidade politizar e dar uma dimensão planetária para os processos em curso na Amazônia. Em grande medida através da atuação de suas organizações, a ocupação da Amazônia deixou de ser campo exclusivo de exercícios de estratégias de segurança nacional. Por outro lado a visão da Amazônia enquanto vazio demográfico e social que exige ocupação (integrar para não entregar), mostrou-se infundada. **Os povos da Floresta têm revelado não apenas que existem e ocupam a região, mas que possuem profundo conhecimento do meio que habitam e propostas de aproveitamento dos recursos** (1992, p. 149. Grifos meus).

A rodovia produziu um corte de 11 km na floresta nativa pertencente ao território Suruí<sup>28</sup>, estendendo-se por mais de 100 m de largura. A largura foi calculada considerando a rodovia em si, o acostamento e as áreas de domínio da empresa rodoviária.<sup>29</sup>

Ao longo dos 11 km de corte, é possível ainda encontrar uma área degradada pela retirada de piçarra, necessária aos trabalhos da rodovia, cuja recuperação ambiental não foi providenciada até a presente data, e que foi alvo de tentativa de negociação entre os Suruí e a ENGEPLAN<sup>30</sup>. A negociação, considerada irregular, foi interrompida pela enérgica ação da titular do Ministério Público, em Marabá. A área degradada foi avaliada por técnico do Ministério<sup>31</sup>. Entretanto, os reparos e a mitigação dos efeitos da rodovia estão em aberto.

É A “GUERRA”! BRANCOS *VERSUS* AIKEWÁRA<sup>32</sup>

Quem trabalha no sudeste do Pará, inevitavelmente se depara com os estereótipos sobre a região. Dos muitos que conheço, merece destaque a expressão associada à violência *é guerra*, indicando os diversos conflitos que ocorrem na região. E quando o interlocutor externa maior preconceito, Marabá, município referência, é denominado *marabalas*.

Retomando a leitura de Velho sobre o sudeste do Pará e a proposição de contextualizar os acontecimentos na fronteira, penso que, no caso dos Suruí, eles vivenciam permanente um estado de guerra. Mas a guerra não diz respeito à essencialidade do “ser guerreiro” porque Tupi. No contexto, a guerra diz respeito ao conflito vivenciado em função do não reconhecimento dos direitos indígenas pelos “brancos”, fato que se configura grave, pois os interessados não são tomados como interlocutores. Os brancos integrados à fronteira em movimento percebem-se genericamente como superiores, como aqueles que trazem a “civilização”, portanto tornam impossível a manutenção de diálogo. Se a hipótese é correta, o desrespeito é permanente!

Se posso pensar assim, os conflitos produzidos a partir da fronteira possuem um registro de direitos humanos e fundamentais, pois implicam desrespeito ao princípio da dignidade humana. Independente, da importância do direito positivo para o estabelecimento do estado democrático de direito no Brasil, o mesmo não contempla as diferenças étnico-culturais existentes no país e, particularmente, no Estado do Pará, pois, em suas premissas universais, subjazem projeções de uma perspectiva homogeneizante, induzindo-se a imaginar que há, no cenário nacional, mais homogeneidade do que realmente existe, ao converter diferentes visões de mundo em unidade conceitual. Negligenciando, portanto, o saber local. Admite-se a existência e os direitos de diferentes grupos, mas, na prática, o pluralismo não se faz presente.

A propósito do assunto e com base no caso Divino Eterno que indiciou os Suruí, reproduzo a compreensão dos índios, pela fala de Mahú que, entristecido, sem perder a altivez e a seriedade de líder, informa:

atrás de tudo isso que nós esquecemo [no sentido de ‘fingir que’] aí, Jane.<sup>33</sup> Tem muitas pessoa, acha que índio pede muito né, né falta de pedi não, acho que é obrigação do governo de fazer isso pra nós, coisa que precisa aqui, coisa que nós tem direito de cobrar<sup>34</sup>.

E para mostrar que nem todos agem da mesma forma, Mahú completa:

e também nós...nós pedimo pras pessoa que passava aqui, que tava trafegano aqui né, pedimo: ‘olha nós vamo fechar aqui essa estrada. **Só que nossa manifestação nós não querendo brigar com ninguém. Por que não tem nada a ver. Nós vamo brigar com os pessoal representante lá, com os secretário do governo lá**. Nós falemo pra eles. ‘Vocês não têm nada a ver. Por que a PA passa por

aqui’. E muitas pessoa ficou com raiva ainda por causa disso. É que nós tem direito de cobrar das coisa que era pra ser feita. E não foi feito nada até agora. É... então que... você dá mais uma força aí pra nós Jane<sup>35</sup>, que...pra tomar mais providência, mais rápido aí pra... e os caminhonero não atropelar mais aí nossos animal né, e também queria que você aproveitasse e pedisse pra prefeitura aqui desse município, aqui vizinho que achasse um local, assim, pra que esses moradores jogasse o lixo deles, não jogasse aqui na reserva porque tá contaminando aqui nosso... nosso... nossas caças, cutia, jabuti, essas coisa aí gosta de comer lixo velho. E também nós tem castanhal pra lá também. E tem uns pessoal que tira, tira planta também, tira castanha pra lá, aí... lá onde eles joga lixo, lá é pasto, lá, e quando chove carrega tudinho lá pra baixo. Com certeza eles bebe água contaminada lá<sup>36</sup>.

Será que as observações de Mahú não podem indicar desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana? Tomo, aqui, a morosidade das decisões político-administrativas, associada à ausência de vontade política como constringendo os Aikewára à prática de atos, tidos como ilegais pela não solução de demandas. Os cidadãos, no caso os índios, não ouvidos, em face das situações limites às quais são submetidos, “começam/terminam” obrigados a procurar meios de pressão para serem ouvidos, para provocarem a negociação. Ora, raciocinando dessa maneira, o Estado produz inúmeras violações do princípio da dignidade da pessoa humana: quando não atende os índios, no que diz respeito à proteção da terra, quando se nega a negociar, quando os conduz à não-legalidade. O Estado produz violações que vão sendo acumuladas, o estoque de iniquidades produz atos não desejáveis. Quem seria o responsável?

Creio ser possível pensar as situações vividas na Área Indígena Sororó como situações de exceção dentro do Estado de Direito, pois os representantes do Estado brasileiro não respeitaram as regras mínimas inscritas nos acordos internacionais e mesmo na Constituição de 88, que temos tanta dificuldade para implementar. E assim se passaram dezoito anos! Da regência da nova ordem constitucional, quantos anos mais terão que esperar os Aikewára para ter direitos fundamentais respeitados. Será que ao não lhes conferir a dignidade requerida, não se fustiga os “guerreiros” Aikewára fomentando o belicoso espírito Tupi? Termino aqui, pois a correlação guerra, guerreiros e conflitos como “atualização” do ser Aikewára ou Tupi precisa de maior elaboração.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Texto apresentado à Mesa Redonda “Revisitando a fronteira: registros e análises”, durante o seminário *Fronteira(s) na Amazônia: 40 anos de diálogo com Otávio Velho*, realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), de 21 a 24 de agosto de 2006, nos *campi* de Belém e Marabá.
- <sup>2</sup> As terras que hoje constituem a Área Indígena Sororó foram asseguradas pela Portaria da FUNAI n. 1.370/E de 24.09.1982, e homologadas pelo Decreto n. 88.648/83 de 30.08.1983, registradas no SPU/PA n. 70, livro 2, às folhas 398-399 de 08.09.1986.
- <sup>3</sup> Na década de 40, os grandes proprietários de terras no sul do Pará e os chefes políticos locais começaram a se estabelecer e a disputar os castanhais localizados em território Suruí, passando a empreender expedições de extermínio contra o grupo, realizando emboscadas e queimando suas aldeias. Em 1947, ao tentarem aproximação com os castanheiros em Cajueiro, foram recebidos à bala.
- <sup>4</sup> Dez anos após Cajueiro, os Suruí foram recebidos à bala em Fortaleza às margens do Sororozinho, afluente do rio Sororó.
- <sup>5</sup> Para conhecer aprofundadamente as agruras do contato entre os Suruí, consultar: LARAIA, Roque de Barros e DaMATTIA, Roberto. *Índios e Castanheiros - A empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. São Paulo, Difel, 1967: Os Suruí e os Akuáwa-Asurini; e RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Brasil 8 sudeste do Pará (Tocantins)*. São Paulo, CEDI, 1985: Histórico do Contato p. 103-107.
- <sup>6</sup> Para conhecer o processo de penetração das frentes de expansão no sul do Pará, consultar: VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura Agrária - estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972: A Transamazônica p. 145-160.
- <sup>7</sup> Em 1971, estabeleceu-se a primeira linha regular entre Porto da Balsa e Marabá, bastante concorrida e utilizada pelos moradores da área que iam e vinham em suas atividades de compra e venda. A linha não era muito regular, sobretudo na época das chuvas, pois as estradas ficavam intransitáveis.
- <sup>8</sup> Para conhecer a “repetição” da História, consultar os seguintes laudos: BELTRÃO, Jane Felipe. *Laudo Antropológico - Área Indígena Sororó a propósito da Br-153*. Campinas, 1998 e BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. *De vítimas a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí Aikewára versus Divino Eterno - Laudo Antropológico*. Belém, UFPA, 2003.
- <sup>9</sup> As afirmações de KITAMURA; MÜLLER referem-se à castanha-do-pará, mas podem ser estendidas à situação econômica do sul do Pará, no final da década de 70. Sobre o assunto, consultar: KITAMURA, Paulo Choji; MÜLLER, Carlos Hans. *Castanhais nativos de Marabá-Pa: fatores de depredação e bases para a sua preservação*. Belém, EMBRAPA-CPATU, 1984, p. 11-2.
- <sup>10</sup> Imitando o barulho dos aviões. O depoente imitava a hélice de helicópteros e as asas de monomotores para assinalar o funesto bailado dos pássaros desconhecidos.
- <sup>11</sup> Reproduzindo, dramaticamente, os sons de fuzis e metralhadoras do exército abatendo os guerrilheiros. Enquanto o informante narra os fatos, os demais membros do grupo conversavam em Suruí muito emocionados. E diziam: “eles num sabiam”, olhando para a antropóloga, como se ela estivesse a acusá-los. Como a experiência foi drástica e, hoje, eles sabem mais sobre os acontecimentos, o grupo não quer ser acusado de “ajudar o exército a caçar guerrilheiros.” Provavelmente, em algum momento eles foram acusados, daí a dificuldade de falar do assunto e a repetição do “eles não sabiam, eles eram como criança.”
- <sup>12</sup> Conversa mantida com os Suruí durante a qual os mais jovens relataram o passado, lamentando as ocorrências, em 17.06.1998 (Negritos e colchetes meus). Sobre a utilização dos Suruí como batedores do exército, consultar: RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Brasil 8 sudeste do Pará (Tocantins)*. São Paulo, CEDI, 1985. Depoimento, p. 104-105.

- <sup>13</sup> O assunto, embora pouco estudado, tem merecido a reflexão de AZEVEDO, Marta. “Censos Demográficos e os “Índios”: Dificuldades para reconhecer e contar”. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000, p. 79-83, vale conferir!
- <sup>14</sup> Depoimento de Mairá, líder Suruí, em 18.06.1998. Negritos meus.
- <sup>15</sup> Que possui corpo normalizado de procedimentos. Sobre o assunto, conferir: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES/DNER. *Corpo Normativo Ambiental para Empreendimentos Rodoviários*. Rio de Janeiro, 1996.
- <sup>16</sup> Para uma discussão aprofundada sobre o Polígono, consultar EMMI, Marília Ferreira et al. “O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes”. In: *Pará Agrário*. N. 2, jan./jun. 1987, p. 12-21.
- <sup>17</sup> As informações foram coletadas por meio de depoimentos dos membros da Comunidade Indígena Suruí Aikewára e de observação das colocações ao longo da BR-153, feitas pelo engenheiro florestal Carlos de Araújo Loureiro Júnior, da FUNAI, e pela antropóloga Jane Felipe Beltrão. Arumã e Itamaré foram os informantes principais, destacados pela comunidade para acompanhar o trabalho técnico. Não foi possível fazer um levantamento mais profundo, porque os mais experientes não podem mais oferecer informações e a comunidade não dispõe de registros escritos. Para uma visão aprofundada da produção de castanha no sudeste do Pará, consultar: BELTRÃO, Jane Felipe. *Laudo Antropológico - Reserva Indígena Mãe Maria*. Campinas, 1998 (mimeo).
- <sup>18</sup> No caso, estão listadas, unicamente, as colocações que ficam às margens da BR-153.
- <sup>19</sup> A passagem da rodovia, na década de 70, produziu o corte das colocações de castanha. O fato determinou a drástica redução das safras anuais.
- <sup>20</sup> O corte produzido pela rodovia, algumas vezes, reduziu o tamanho da colocação a uma das margens.
- <sup>21</sup> Dados coletados em 1998, não fiz o acompanhamento das últimas safras.
- <sup>22</sup> O cálculo foi feito tomando por base: as menores safras obtidas pelos Gavião Parkatêjê que possuem castanhais maiores; a extensão das terras Suruí; e os valores obtidos pela FUNAI com a venda da produção Suruí em 1974/1975. Sobre o assunto, consultar: BELTRÃO, Jane Felipe. *Laudo Antropológico - reserva Indígena Mãe Maria*. Campinas, nov. 1998, p. 11-12 (mimeo) e RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Brasil 8 sudeste do Pará (Tocantins)*. São Paulo, CEDI, 1985, p. 111-113.
- <sup>23</sup> Diz-se que algo da flora é ‘fino’ quando sua sensibilidade é alterada pelas circunstâncias ambientais. No caso, a castanheira, o cupuaçuzeiro e o cacauzeiro são sensíveis ao fogo. No que se refere à castanheira, o fogo afugenta, faz desaparecer os insetos polinizadores, causando danos irreparáveis à produção.
- <sup>24</sup> Conversa mantida com os Suruí, em 02.09.1998, quando os mais experientes relataram o passado lamentando as ocorrências.
- <sup>25</sup> Os dados que se apresenta a seguir foram calculados com o inestimável auxílio do CAT, por meio do educador Emmanuel VAMBERG, profundo conhecedor da região que trabalha com pequenos agricultores há mais de 20 anos, e do engenheiro agrônomo Anísio Augusto de Souza MOURA, o qual também desenvolve trabalho junto aos pequenos agricultores da região do Tocantins. Registre-se, na oportunidade, especial agradecimento a Jean HÉBETTE, coordenador do CAT, e à sua equipe, que não pouparam esforços para cooperar com a elaboração do presente laudo.
- <sup>26</sup> Sobre o assunto, conferir as referências feitas pelos especialistas em HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. “Razões de Risco e Rentabilidade na Destruição de Recursos Florestais: o Caso dos Castanhais em Lotes de Colonos no Sul do Pará”. In: *Ver. Econ. Nord. Fortaleza*. v. 27, n. 3, p. 515-535, 1996, p. 519.
- <sup>27</sup> Chamo de ações diretas as interdições da rodovia pelos Suruí, dada a impossibilidade de escuta ou diálogo, que produzem conflitos. Uma das últimas vezes (2003) os indígenas foram indiciados em processo criminal, que ainda não chegou ao final. Sobre o assunto, consultar: BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; MOREIRA, Hélio

- Luiz Fonseca. *De vítimas a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí Aikewára versus Divino Eterno - Laudo Antropológico*. Belém, UFPA, 2003.
- <sup>28</sup> Sem contar a área que serviu de apoio à abertura da estrada, qual seja, o campo de pouso no centro da Área, invadindo a aldeia e alterando substancialmente o cotidiano *Suruí*.
- <sup>29</sup> As medidas foram tomadas pelo funcionário Josimar do L. Moraes Mendes, chefe do Posto Indígena Flexeira na Reserva Indígena Mãe Maria, da Administração Regional da FUNAI, em Marabá, em junho de 1998, designado que foi a acompanhar as antropólogas Jane Felipe Beltrão e Maria Fernanda Paranhos Paula e Silva.
- <sup>30</sup> Empreiteira responsável pelo alargamento e asfaltamento do trecho da BR-153 que atravessa a Área Indígena Sororó.
- <sup>31</sup> A vistoria foi realizada pelo Engenheiro Florestal do Ministério Público, Joanildo Santiago de Souza, que esteve na área, em setembro de 1998. Para melhor compreensão do problema, consultar *Informação Técnica* n. 093/98-4º CCR.
- <sup>32</sup> Para melhor compreensão do assunto, considerar a leitura de MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. *O tempo antigo entre os Suruí Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- <sup>33</sup> Refere-se à Jane Felipe Beltrão, antropóloga responsável pela elaboração do Laudo Antropológico de 1998.
- <sup>34</sup> Entrevistado em 19.06.2003.
- <sup>35</sup> Refere-se, novamente, à antropóloga Jane Felipe Beltrão, instando-a a requerer o cumprimento das reivindicações presentes no Laudo de 1998.
- <sup>36</sup> Entrevistado em 19.06.2003 (Destaques meus).

## BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- AZEVEDO, Marta. "Censos Demográficos e os "Índios": Dificuldades para reconhecer e contar" IN RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 79-83.
- BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência: crime e impunidade no campo paraense*. Belém: CEJUP, 1995.
- BELTRÃO, Jane Felipe. "Mulheres da Castanha: um estudo sobre o trabalho e o corpo"
- BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúvia (Orgs.). In: *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 67-109.
- \_\_\_\_\_. *Laudo Antropológico - Área Indígena Sororó a propósito da Br-153*. Campinas, 1998.
- BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. *De vítimas a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí Aikewára versus Divino Eterno - Laudo Antropológico*. Belém, UFPA, 2003.
- EMMI, Marília Ferreira et al. "O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes" In: *Pará Agrário*. n. 2, jan./jun. 1987.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém, UFPA/NAEA, 2001.
- HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul da Silva. *CAT - Ano Décimo: etnografia de uma utopia*. UFPA/CAT, 2000.

- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. "Razões de Risco e Rentabilidade na Destruição de Recursos Florestais: o Caso dos Castanheais em Lotes de Colonos no Sul do Pará". In: *Ver. Econ. Nord. Fortaleza*. v. 27, n. 3, 1996, p. 515-535.
- KITAMURA, Paulo Choji; MÜLLER, Carlos Hans. *Castanheais nativos de Marabá-Pa: fatores de depredação e bases para a sua preservação*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984.
- LARAIA, Roque de Barros. *Tupi: índios do Brasil atual*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- LARAIA, Roque de Barros; DaMATTÁ, Roberto. *Índios e castanheiros. A empresa extrativista e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.
- MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. *O tempo antigo entre os Suruí Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES/DNER. *Corpo normativo ambiental para empreendimentos rodoviários*. Rio de Janeiro, 1996.
- NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emilia Pietrafesa de (Orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre uma etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas do Brasil 8 Sudeste do Pará (Tocantins)*. São Paulo: CEDI, 1985.
- SYDENSTRICKER NETO, J. M. "Apontamentos para uma reflexão: população e meio ambiente no contexto amazônico". In: *Núcleo de Estudos da População Ambiente e Sociedade: possibilidades e perspectivas de pesquisa*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo de um processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhos de campo, antinomia e estradas de ferro*. Aula inaugural proferida no Instituto de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 15.03.2006 (manuscrito).